

Apresentação

O presente número da *Analytica*, inteiramente dedicado a artigos sobre a filosofia grega antiga, tem sua origem no *Colóquio sobre a Ethica Nicomachea* realizado em outubro de 1995 na Universidade Federal Rio Grande do Sul, para o qual os quatro primeiros artigos foram originalmente escritos.

No primeiro artigo, Terence Irwin analisa as pretensões da teoria moral em Aristóteles e sustenta, após um minucioso exame de diferentes argumentos em prol de uma versão modesta, que ela deve ser rejeitada em favor de uma concepção mais ambiciosa. A versão modesta está intimamente ligada a uma concepção particularista da ética aristotélica; Irwin mostra com paciência e precisão que, à luz dos textos, nada do que Aristóteles diz nos dá razão para atribuir-lhe o particularismo. Irwin examina, em particular, os princípios usuais na ética e mostra que a afirmação de que a ética formula princípios usuais significa, de um lado, que ela inclui *também* princípios usuais (ao lado de outros que reconhece ser generalizações absolutas) e, de outro, que Aristóteles sugere deste modo que não devemos confinar a parte científica da ética a generalizações *simpliciter*, mas que devemos incluir aí também as usuais (e isso sem acarretar uma divisão entre o estatuto epistemológico dos princípios éticos e o dos princípios das ciências naturais, que também se valem de princípios usuais). Para Irwin, Aristóteles seguramente acredita que podemos estabelecer generalizações

teoricamente significativas que vão bem além do que a concepção modesta concede; e, ainda, Irwin mostra que as afirmações razoáveis que são utilizadas para apoiar a versão modesta são igualmente compatíveis com uma concepção mais ambiciosa.

De minha parte, procurei analisar o que o particularismo pode reivindicar contra uma concepção universalista e sugeri que tem um lugar assegurado, porém bem limitado, no sistema aristotélico. Fora de limites bem precisos, torna-se rapidamente um leito de Procusto a este mesmo sistema. Parte de minha argumentação depende da distinção entre caráter indeterminado da ação e estatuto indefinido das circunstâncias com valor moral no interior das quais a ação ocorre; essa distinção funda-se numa outra, a saber, a do contingente em Aristóteles, e tem conseqüências importantes, ao meu ver, para uma interpretação em geral do *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* no sistema aristotélico, bem como para a distinção entre ação e produção, no caso mais preciso da ética aristotélica.

No terceiro artigo deste número, Carlo Natali mostra que, embora o princípio metodológico que governa a ética aristotélica reze que se deva evitar todo aprofundamento metafísico ou ontológico, Aristóteles lança mão mesmo assim de uma teoria complexa sobre a natureza da ação humana que se faz presente ao longo de seus estudos sobre a ética. Um ponto importante - e para nós de certo modo surpreendente - dessa teoria é a ênfase na distinção entre ação e produção. Esta distinção remete àquela entre atividade (*ἐνέργεια*) e movimento (*κίνησις*). Se toda produção é um movimento (completo) composto de movimentos parciais e assim é ontologicamente homogêneo, a ação é, por sua vez, ontologicamente heterogênea, pois é uma atividade composta de movimentos. Natali mostra que toda ação é, formalmente, uma *ἐνέργεια* mas, materialmente, é contra uma concepção universalista e sugeri que tem um lugar assegurado, porém bem limitado, no sistema aristotélico. Fora de limites bem precisos, torna-se rapidamente um leito de Procusto a este mesmo sistema. Parte de minha argumentação depende da distinção entre caráter indeterminado da ação e estatuto indefinido das circunstâncias com valor moral no interior das quais a ação ocorre; essa distinção funda-se numa outra, a saber, a do contingente em Aristóteles, e tem conseqüências importantes, ao meu ver, para uma interpretação em geral do *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* no sistema aristotélico, bem como para a distinção entre ação e produção, no caso mais preciso da ética aristotélica.

No terceiro artigo deste número, Carlo Natali mostra que, embora o

Bernard Besnier, por sua vez, dedica sua atenção especialmente às passagens nas quais Aristóteles distingue a ação da produção. Para Besnier, a leitura dessa distinção a partir daquela entre fim imanente e fim externo é um preconceito interpretativo fundado na oposição geral entre atividade e movimento; procura, então, mostrar que o critério até hoje tido por claro e indubitável para fundamentar essa leitura parece aos seus olhos, após um exame mais minucioso, pouco justificado pelos textos que são invocados em seu apoio.

No quinto artigo deste número, José Arthur Giannotti revisita um tema injustamente negligenciado, a saber, a doutrina aristotélica da amizade. O intuito de Giannotti é pensar a intersubjetividade e certas formas de sociabilidade mediante noções que hoje nos parece estarem distantes, pois suas matrizes portam a marca de uma desigualdade originária sobre a qual são tecidas, porém, relações sociais de intimidade. Aproximando, no entanto, o benfeitor grego do "evergeta" romano, Giannotti introduz uma perspectiva inovadora e recompensadora não só para a doutrina aristotélica da amizade, como, em geral, para a análise da intimidade antiga. O benfeitor não é mais visto como um tipo secundário de amigo, mas como sendo a medida mesma do ser amigo. Entre o amigo e o benfeitor, a relação é mais profunda do que se suspeitava; e Giannotti consegue assim recuperar para os olhos modernos a figura enigmática do benfeitor - assim como sua expressão privilegiada de magnânimo, o homem virtuoso por excelência entre os antigos, pois possuidor da virtude que é coroamento de todas as outras - sob a forma de amizade própria e realização acabada do ideal antigo de intimidade que tem também uma função social.

O último texto põe as grandes figuras da filosofia grega em sua relação com o destino mesmo da ontologia. Francis Wolff volta a Parmênides para mostrar que então, mostrar que o critério até hoje tido por claro e indubitável para fundamentar essa leitura parece aos seus olhos, após um exame mais minucioso, pouco justificado pelos textos que são invocados em seu apoio.

No quinto artigo deste número, José Arthur Giannotti revisita um tema injustamente negligenciado, a saber, a doutrina aristotélica da amizade. O intuito de Giannotti é pensar a intersubjetividade e certas formas de sociabilidade mediante noções que hoje nos parece estarem distantes, pois suas matrizes portam a marca de uma desigualdade originária sobre a qual são tecidas, porém, relações sociais de intimidade. Aproximando, no entanto, o benfeitor grego do "evergeta" romano, Giannotti introduz uma perspectiva inovadora e recompensadora não só

mundo empírico - e desemboca inevitavelmente numa física. O “momento ontológico” é assim apresentado por Wolff como fugaz: após Parmênides e antes ou de Aristóteles ou de Epicuro. Toda ontologia é herdeira de Parmênides e seu gesto primeiro é a rebeldia contra o pai; mas, mostra Wolff, talvez seja também este o seu último gesto, antes de dissolver-se numa lógica ou numa física. Wolff tenta mostrar assim que a ontologia não está lá onde se espera que esteja - na obra inaugural, na *Metafísica* de Aristóteles -, mas, antes, no movimento que vai de Platão a Aristóteles (ou, se se seguir a outra via, que vai dos atomistas a Epicuro), e que se esgota em Aristóteles (ou em Epicuro).

Marco Zingano
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

tenta mostrar assim que a ontologia não está lá onde se espera que esteja - na obra inaugural, na *Metafísica* de Aristóteles -, mas, antes, no movimento que vai de Platão a Aristóteles (ou, se se seguir a outra via, que vai dos atomistas a Epicuro), e que se esgota em Aristóteles (ou em Epicuro).

Marco Zingano
Universidade Federal do Rio Grande do Sul